

taxa
agora
vinho
mul-
que
em as
á-las-
nu-
três
n os
posto,
rida-
mente
inho
eleci-
inho
assim
de
mento
inho,
nil, a
obra-
pos-
siões

lonos
e a
te de
ar de

União
es da
publi-
úmero.
ugar à
âmbito
TION,
do dos
rtugue-

o para
tudo o
par-
A
efinida
Estu-
ageiro.
n Bru-
licação
ano.

S

n An-
po-
to, tô-
da pe-
os.

deve-
u em
1967
ão se
ónia...
pedido
Vati-
al um
que se
ativi-
litares
para
stren-
cujas
onhe-

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO
P. Caixa Furtado, 101
SP. Brasil



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XI — N.º 111 — S. PAULO, OUTUBRO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

O Hitler da África do Sul



“O NOSSO CRISTIANISMO NACIONAL É IGUAL AO NACIONAL SOCIALISMO DE HITLER E AO FASCISMO DE MUSSOLINI”

Balthazar Johannes Vorster, aliado de Salazar

Democratas Portugueses Manifestam-se Sobre os Acôrdos com o Brasil

A propósito da assinatura em Lisboa, nos primeiros dias de Setembro, dos Acôrdos Luso-Brasileiros a que tão larga divulgação foi dada pela imprensa brasileira, o Centro Republicano Português e a Unidade Democrática Portuguesa distribuíram aos jornais o comunicado que abaixo publicamos:

“Os signatários, portugueses radicados no Brasil, em nome da Unidade Democrática Portuguesa e do Centro Republicano Português, entidade fundada em S. Paulo em 1908, vêm a público manifestar a surpresa e a mágoa com que receberam a assinatura entre o governo brasileiro e o de Salazar, dos Acordos Cultural e Comercial.

Herdeiros de uma tradição de luta pelo livre intercâmbio entre as duas nações, que teve a honra-la nomes como o de Ricardo Severo, defensores efetivos e atuantes, desde sempre, da necessidade de acordos que regulem as relações comerciais e culturais entre os dois países, pode parecer paradoxal que, no momento em que êsses acordos são assinados, venhamos publicamente manifestar a nossa decepção. O paradoxo, porém, é apenas aparente: o que sempre defendemos foi o estabelecimento de uma autêntica comunidade luso-brasileira, em que os valores dos dois povos encontrassem, unidos, a sua plena expressão. Ora, os presentes Acordos, se examinados atentamente, à luz da conjuntura histórica de Portugal atravessa, logo revelam a impossibilidade de atingir o objetivo que sempre norteou a nossa ação.

No plano cultural, dificilmente se imagina como poderá interessar ao

Brasil, e contribuir para o estreitamento da unidade espiritual entre as duas nações, o “intercâmbio de pessoas, troca de informações e permuta de material” com um país como o Portugal de Salazar, onde vigora um regime de Partido único, de rígida censura prévia à Imprensa, de apreensão quotidiana de publicações, de dirigismo cultural, que viciam totalmente, logo na base, o espírito do desejado intercâmbio. Nesse campo, o Acôrdo, no seu Art. III, atinge o nível do humor negro quando inclui as Sociedades de Escritores entre as instituições encarregadas de efetuar a permuta de publicações. Só se compreende a inclusão desse item, se pensarmos que o atual governo português julga que o Brasil tem memória fraca e já esqueceu que a única instituição deste gênero existente em Portugal, a Sociedade Portuguesa de Escritores, foi assaltada pela Polícia e compulsoriamente fechada.

Além disso, quando se preconiza que cada parte contratante promoverá, no território da outra, o “conhecimento do seu patrimônio cultural”, ocorre perguntar, sabendo a profundidade do abismo cavado, ao longo de 40 anos, entre o aparelho estatal e tôdas as formas de expressão do pensamento, que patrimônio o governo de Salazar apresentará neste país: que pintura, que escultura, que música, que teatro, que cinema, que literatura, os serviços oficiais portugueses poderão trazer ao Brasil, que não sejam a confissão de uma nulidade ou a repulsa pela estrutura imposta à nação a partir de 1926?

No plano comercial, o Acôrdo, aparentemente sedutor e vantajoso

para as duas partes, sê-lo-á menos se o enquadrarmos, como teremos obrigatoriamente que fazer, na posição de Salazar perante o problema colonial. Recorde-se, para pronta entrada no assunto, que Salazar, achando-se no poder há 40 anos, só agora, com suspeito açodamento, aceitou a possibilidade de criação de zonas francas, abrindo assim a porta para a instalação dos chamados portos francos brasileiros em África. E vem fazê-lo, é evidente, aproveitando a posição de excepcional prestígio de que o Brasil desfruta junto dos países africanos, decorrente dos imperativos morais que nortearam a sua História e da tradição deste país como defensor da independência e da emancipação dos povos. Trata-se, pois, de uma manobra tática, imediatamente descoberta, aliás, pelos países africanos. Com efeito, no dia seguinte à assinatura dos tratados, um telegrama provindo de uma nação africana, assinalava: “Os observadores políticos são unânimes na previsão de que o Brasil, ao desejar entrar na África pela mão daquela que é hoje a última das potências colonialistas, compromete gravemente seu prestígio perante as nações do Continente Negro.”

Pergunta-se aqui, portanto, sabendo que Portugal se acha envolvido em África numa guerra em três frentes — Angola, Moçambique e Guiné — cujo resultado só pode ser desastroso, apesar do sacrifício imposto ao país com a manutenção de um exército de mais de 100.000 homens, se um Acôrdo Comercial que aceita portos livres nessas zonas de conflito, estará preservando o grande papel que o Brasil tem a desempenhar em África e os verdadeiros interesses dos dois países nesse continente. Por outro lado mesmo para aqueles que, levados por interesses comerciais imediatistas, queiram esquecer os imperativos morais ou a realidade histórica, o panorama não é muito sedutor. Também aqui o Acôrdo é decepcionante para as duas partes contratantes: como se observa na reação dos países africanos a que fizemos referência, Angola e Moçambique são “mercados com fraco poder aquisitivo”; “os compromissos que ligam Portugal aos países da EFTA e do MCE tornam extremamente problemática a deslocação das importações coloniais portuguesas para a área do Brasil”; “os preços dos produtos industriais brasileiros não são competitivos” e não se vê possibilidade de aquisição pelo Brasil de parte das exportações angolanas ou moçambicanas, constituídas por produtos que não interessam a este país, como café, cacau, óleos vegetais, madeiras, minérios, diamantes, sisal, etc.

Por tudo quanto expomos, compreende-se o desgosto com que nós, portugueses radicados no Brasil, trabalhando efetivamente, cada um na esfera peculiar das suas atividades, pelo real intercâmbio entre as duas nações, recebemos os presentes acordos. Não foi ainda desta vez, nem poderá sê-lo enquanto Portugal for dominado pela oligarquia que há quarenta anos se apoderou do poder, que se conseguiu forjar o instrumento que dará corpo ao sonho de todos nós, que aqui lutamos pelo engran-

BRASIL E PORTUGAL

Os democratas portugueses do Brasil — através do Centro Republicano Português e da Unidade Democrática Portuguesa — tornaram pública a sua posição a respeito dos acôrdos recentemente assinados em Lisboa pelos governos de Portugal e do Brasil. Pelo documento que reproduzimos noutra página desta edição, e que já foi aliás divulgado pela imprensa brasileira, verificarão os nossos leitores que é de surpresa e mágoa a reação dos democratas portugueses à assinatura dos aludidos instrumentos diplomáticos. E nem podia ser diferente.

“Portugal Democrático” hipoteca, naturalmente, a sua irrestrita solidariedade aos pontos de vista expressos. A nossa atitude em face do problema das relações luso-brasileiras é, de resto, de uma clareza meridiana. Somos favoráveis a tôdas as iniciativas que contribuam para tal aproximação entre os dois povos irmãos; discordamos frontalmente de tudo quanto, embora feito em nome de uma comunidade ainda por construir, possa, de algum modo, favorecer os interesses do Estado fascista português, incompatíveis com os da Nação portuguesa. E’ o que acontece uma vez mais com os acôrdos em aprêço, como os democratas portugueses demonstram de modo insofismável.

Somos os primeiros a reconhecer a existência de pontos positivos nos acôrdos. Concretamente, as disposições dos artigos XIII e XIV do Acôrdo Cultural, se forem devidamente regulamentadas, de maneira a impedir a sua inutilização por entraves burocráticos, vêm ao encontro de uma velha aspiração da colônia portuguesa, pois o reconhecimento pelos dois países da validade dos diplomas acadêmicos e títulos profissionais de ambos é medida que beneficiará

dezenas de milhares de pessoas, abrindo-lhes novas perspectivas de trabalho.

Isso, entretanto, em nada diminui os aspectos negativos dos Acôrdos, tão expressivamente apontados no documento do Centro Republicano e da UDP. Uma das iniciativas que mais deploramos, é, por exemplo, a que abre a porta à criação das chamadas zonas francas nos portos das colônias portuguesas. A idéia é antiga. Defendida há tempo pelos porta-vozes do fascismo português no Brasil, foi mais recentemente retomada pelo Sr. Carlos Lacerda que lhe dedicou vários artigos apologeticos, distorcendo completamente os fatos. Vêmo-la agora, com grave risco para o prestígio do Brasil em África — e principalmente junto dos nacionalistas angolanos e moçambicanos, aliados naturais dos democratas portugueses — transformada em texto de um instrumento diplomático. — Como se trata, nesse particular, de uma declaração de intenções, resta-nos a esperança de que as ditas zonas francas permaneçam apenas no papel. “Portugal Democrático”, que sempre se lhes opôs, limita-se a uma atitude de coerência reiterando o seu ponto de vista.

Como assinalam os democratas portugueses não foi ainda desta vez, nem poderia ser, que ficaram lançadas as bases de uma Comunidade Luso-Brasileira digna desse nome. Nem poderá sê-lo enquanto o fascismo se apresentar perante o Brasil e o Mundo como representante de um povo que oprime há 40 anos.

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

(Concl. da pág. 6)

O Obscurantismo Salazarista - XIV O Colonialismo Português

Caracterizado por A. Cabral

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO

No último artigo desta série lembramos os historiadores e a história de Portugal, a propósito da recente distribuição no Rio de Janeiro, pelos representantes oficiais no Brasil do Governo de Salazar, de 3.500 exemplares de um resumo da *História de Portugal* de João Ameal, a verdadeira história de Portugal para tais propagandistas do obscurantismo salazarista. Escrevemos então que, por mais paradoxal que possa parecer, não há nenhuma relação entre o Portugal oficial e o Portugal real. Para o Portugal oficial o dr. João Ameal é um intelectual que "honra a Pátria", "um notável escritor e historiador português". Para o Portugal real os intelectuais que honram a Pátria, os notáveis historiadores portugueses, foram ou são, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Duarte Leite, Veiga Simões, Jaime Cortesão, Antonio Sergio, Vitorino Magalhães Godinho, e outros mais...

Herculano, o liberal, Oliveira Martins, o socialista, combateram durante toda a sua vida pela Liberdade. Herculano, o grande historiador, combateu durante toda a sua vida uma como que pré-história do Salazarismo, o absolutismo miguelista do século XIX. O Herculano historiador foi aquele que fugiu de Portugal para escapar à força dos miguelistas, foi aquele que sofreu o exílio, foi o que combateu a intolerância com as armas na mão, afirmando-se uma das maiores figuras de combatente pela Liberdade de toda a história de Portugal.

Duarte Leite, o combatente pela implantação da República, o combatente do 5 de Outubro de 1910, o embaixador de um Portugal Livre no Rio de Janeiro, ainda no final da sua vida, em 1948, preside o inesquecível Comício do Porto, durante a Campanha Eleitoral para a Presidência da República do general Norton de Matos.

Veiga Simões, o historiador diplomata, acaba os seus dias demitido compulsoriamente de uma carreira onde se afirmava figura excepcional.

Jaime Cortesão, o combatente anti-salazarista desde a primeira hora, o exilado em Espanha durante a Monarquia de Afonso XIII, o amigo dos Republicanos espanhóis, o combatente da Guerra Civil espanhola, que deixa Barcelona no último momento, o exilado em Paris, o exilado no Brasil até aos últimos anos da sua vida, ainda lhe sobra energia para combater o Salazaris-

mo até aos últimos momentos da sua existência, participando em 1958 na grandiosa Campanha Eleitoral do general Humberto Delgado, e pagando a sua determinação com uma última prisão, quase à beira do túmulo.

António Sérgio, o indomável combatente do interior e do exílio, o pedagogo, o amigo e companheiro da juventude portuguesa, que se mantém com a energia e com a determinação de um jovem até ao final das suas forças.

Finalmente, entre a meia dúzia que citámos, Vitorino Magalhães Godinho, o maior historiador português vivo, que já pagou com a sua inquebrantável coragem cívica o ter sido duas vezes demitido do seu lugar de professor da Universidade de Lisboa.

Entre os mais novos, um pouco mais novos do que V. Magalhães Godinho, alguns dos quais foram ainda seus alunos, lembramos Joel Serrão, Rui Grácio, José Augusto França, Victor de Sá, José Tengarrinha, Augusto da Costa Dias, Armando Castro, Alexandre Cabral, Alberto Ferreira, entre aqueles que nunca tiveram acesso a um lugar nas Universidades portuguesas. Lembramos o último a ser demitido da Universidade em Portugal, o jovem historiador que já é um dos maiores da historiografia portuguesa contemporânea, Oliveira Marques, no momento professor numa Universidade dos Estados Unidos da América do Norte.

Por fim, lembramos, entre outros, os casos de Fernando Piteira Santos e de Mário Soares que, depois de nos darem obras de real mérito científico, o obscurantismo e a opressão salazarista, afastaram para tarefas mais urgentes. Decidiram tentar fazer história, em vez de escrever história.

O historiador português, "a consciência da Nação", como lhe chamou recentemente Vitorino Magalhães Godinho, não se tem comodamente absterido das suas obrigações cívicas. O historiador português da era salazarista tem sabido comportar-se de acordo com as palavras um dia escritas por Guyau: "Quem não aje como pensa, pensa incompletamente". Com as palavras um dia escritas por Romand Rolland: "Pensamento que não aje, ou é aborto ou traição". Ou, finalmente, com as palavras um dia escritas por Lucien Febvre, um dos maiores, senão o maior historiador do nosso tempo: "Entre l'action et la pensée, il n'est pas de cloison".

MAU NEGÓCIO

Por outro lado, salienta-se que o Brasil não deu também mostras de senso comercial ao deixar-se envolver nas malhas da política de Lisboa, pois não só não venderá coisa alguma às nações africanas se a ideia das "zonas francas" for adiante, como pouco, muito pouco, poderá vender nos mercados de Angola e Moçambique. De um lado, trata-se de mercados com fraco poder aquisitivo e, de outro, os compromissos que ligam Portugal aos países da EFTA e do Mercado Comum tornam extremamente problemática a deslocação das importações coloniais portuguesas para a área do Brasil, pois está em jogo o equilíbrio da balança comercial portuguesa. Além disso, os preços dos produtos industriais brasileiros não são competitivos.

Quanto à possibilidade de o Brasil adquirir parte das exportações angolanas ou moçambicanas é nula, pois são constituídas de produtos que não lhe interessam: minérios, diamantes, madeiras, sisal, café, cacau, óleos vegetais etc."

(in "Diário Popular" — S. Paulo, 10-9-66)

São ainda infelizmente bastante numerosos os democratas portugueses que, tanto por deficiências de formação como de informação, continuam, por um lado, a desconhecer os problemas que estão na essência da guerra colonial em curso e, por outro, tendem a encarar, erradamente, como inimigos do povo português, os patriotas africanos que combatem o colonialismo fascista português.

Durante a última Conferência da C. O. N. C. P., realizada em Dar-es-Salaam, Amílcar Cabral — que não é apenas o presidente do PAICC, mas um dos dirigentes políticos mais lúcidos de toda a África — dissertando sobre a unidade política e moral como força principal da luta comum dos povos africanos sob dominação portuguesa, ocupou-se largamente desse tema. São dessa brilhante intervenção as passagens que abaixo reproduzimos, chamando para elas a atenção dos democratas portugueses:

"Lutamos contra o colonialismo português. Em toda a luta é fundamental definirmos claramente quem somos nós, quem é o inimigo. Nós, povos das Colónias portuguesas, somos povos africanos desta África ultrajada pelo imperialismo e pelo colonialismo durante décadas e, em alguns casos, durante séculos. Nós somos esta parte de África a que os imperialistas chamaram África Negra. Sim, somos negros. Mas somos homens como todos os outros. Os nossos países são países economicamente atrasados. Os nossos povos encontram-se numa etapa histórica precisa, caracterizada por esta condição de atraso da nossa economia. Devemos estar conscientes disso. Somos povos de África, não inventamos muitas coisas, não possuímos hoje as armas especiais que outros possuem, não temos grandes fábricas, não temos mesmo, para dar às nossas crianças, os brinquedos que as outras crianças possuem, mas temos o nosso coração, as nossas cabeças, a nossa História. Foi esta História que os colonialistas nos tiraram.

Os colonialistas têm o hábito de dizer que foram eles que nos fizeram entrar na História. Demonstraremos hoje que não: eles fizeram-nos sair da História, da nossa própria História para seguir no último lugar do comboio da sua História. Hoje, pegando em armas para nos libertarmos, seguindo o exemplo de outros povos que pegaram em armas para se libertarem, queremos, pelos nossos próprios passos, pelos nossos meios e sacrifícios, regressar à nossa História.

Nós, povos de África que lutam contra o colonialismo português, sofremos condições muito especiais, porque no decurso dos últimos quarenta anos, sofremos a dominação dum regime fascista. Todos vocês sabem muito bem o que isto quer dizer. Nos nossos países, de Cabo Verde a Moçambique, a S. Tomé, a Angola, nunca tivemos liberdade política, sindical ou outra. É isto que caracteriza fundamentalmente a nossa condição para a diferenciação da condição dos outros povos de África que lutaram contra o colonialismo. Foi nestas condições, apesar de todas as interdições a que se referiu o nosso camarada da União Nacional de Trabalhadores da Guiné, que começamos a nossa luta clandestina. Foi nestas condições que fomos capazes de fecundar os nossos esforços, os nossos sacrifícios, pegar em armas e hoje estar aqui presentes para reforçar a coordenação da nossa ação para a última fase da nossa luta contra o colonialismo português.

Como todos os povos do mundo nós queremos viver em paz, queremos trabalhar em paz, queremos construir o progresso do nosso povo. Como todos os povos do mundo temos o direito de nos rebelar contra a dominação estrangeira. Como todos os povos do mundo, nós hoje temos uma base legal para a rebelião, para reivindicar os nossos direitos — temos a Carta das Nações Unidas, temos as resoluções das Nações Unidas. E se nem a Carta das Nações Unidas, nem as suas resoluções, nem as próprias Nações Uni-

das forem suficientes, os nossos povos são suficientes para, por si próprios, à custa dos sacrifícios que eles consentem todos os dias, expulsar para sempre do solo das nossas pátrias o colonialismo português. Caros camaradas e amigos:

Quem é este inimigo que nos domina, que teima em dominar-nos, desprezando todas as leis e a moral internacionais dos nossos dias? Este inimigo, não é o povo português, não é Portugal por si mesmo; para nós, combatentes da liberdade das colónias portuguesas, este inimigo é o colonialismo português representado pelo Governo colonial-fascista de Portugal. Mas, evidentemente, um Governo é, duma certa forma, também o resultado de condições históricas, geográficas, económicas, etc. do país que governa. Portugal, caros amigos, é um país economicamente atrasado, é um país em que quase 50% da população é analfabeta, um país que figura sempre em último lugar em todas as estatísticas da Europa. A culpa não é do povo português que, num dado momento da sua História, soube mostrar o seu valor, a sua coragem, a sua capacidade e que, hoje mesmo, possui filhos capazes, filhos justos, filhos que também desejam reconquistar as liberdades e a felicidade do seu povo.

Caros amigos:

Portugal é um país sem condições para dominar qualquer outro país. Portugal chegou ao nosso país proclamando que vinha ao serviço de Deus e ao serviço da civilização. Hoje respondemos-lhes de armas na mão: qualquer que seja o Deus dos colonialistas portugueses, qualquer que seja a civilização que representam, vamos destruí-los, porque destruiremos no nosso país toda a espécie de dominação estrangeira. Caros amigos:

Não me prolongarei muito na caracterização do Colonialismo português. O que, nos nossos dias, caracteriza fundamentalmente o colonialismo português, é um fato muito simples: é que o colonialismo português — se preferis, a infraestrutura económica portuguesa — não pode dar-se ao luxo de fazer neocolonialismo. A partir deste ponto nós podemos compreender toda a atitude, toda a teimosia cega do colonialismo português em relação aos nossos povos. Se Portugal possuísse um desenvolvimento económico avançado, se Portugal pudesse ser classificado como um país desenvolvido, decerto que hoje não es-

(Cont. pag. 7)



Acordos Luso-Brasileiros Causam Decepção na África

DAR-ES-SALAAM (AFP, UPI, R. AP)

"Foi quase totalmente negativa a reação das principais chancelarias africanas diante dos acordos luso-brasileiros, assinados em Lisboa no último dia 7, sobre comércio, cooperação técnica e intercâmbio cultural. A reação predominante é de amarga decepção, e os observadores políticos são unânimes na previsão de que o Brasil, ao desejar entrar na África pela mão daquela que é hoje a última das potências colonialistas, compromete gravemente seu prestígio perante as nações do Continente negro.

Compreende-se que o Brasil, por força de afinidades históricas, étnicas e culturais, procure manter-se ligado a Portugal, mas critica-se aquilo que se considera o oportunis-

mo pouco esclarecido que levou a aceitação das insidiosas cláusulas do artigo IV do Acordo de Comércio. Nos termos desse artigo, fica aberta a porta para a criação em Angola e Moçambique dos tão falados portos abertos para os produtos brasileiros.

Lembra-se nesta cidade que as nações da Organização da Unidade Africana, na Conferência de Adis-Abeba e posteriormente fizeram insistentes apelos no sentido de todos os países democráticos colaborarem no isolamento do colonialismo português. Estaria o Brasil, bem entendido, no direito de alhear-se ao bloco solicitado pelos africanos, mas daí a criar mostruários seus nos últimos bastiões do colonialismo vai uma distância imensa. Porta-vozes da OUA recordam também que a atitude brasileira vale pelo desconhecimento total das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 63, 64 e 65 que condenaram o colonialismo português.

Nolas e comentários

O HITLER DA ÁFRICA DO SUL

O recente assassinio de Verwoerd, na África do Sul, veio uma vez mais confirmar aquilo que a História sempre demonstrou e que nenhum revolucionário lúcido desconhece: o terrorismo não é o caminho indicado para a solução dos problemas políticos e sociais dos povos oprimidos. Se a sabotagem se revela por vezes uma arma extremamente eficaz nas lutas de libertação nacional e contribui poderosamente para o êxito, o terrorismo indiscriminado, os atentados individuais, o assassinio dos opressores produzem quase sempre resultados negativos. A morte violenta do segregacionista Verwoerd aí está a no-lo provar.

A África e o Mundo em geral nada ganharam com a mudança operada na cúpula do governo racista de Pretória. Desapareceu um ser execrável, mas o seu lugar foi ocupado por outro pior...

A nós, democratas portugueses, não pode ser indiferente o que se passa no bastião racista da África Austral. Vorster nunca escondeu a sua admiração entusiástica por Salazar. O que em Verwoerd era cálculo em relação à aliança com o fascismo português é em Vorster impulso espontâneo. É um fascista por formação e convicção!

— “Seguirei a rota traçada por Verwoerd enfrentando todas as consequências que possam surgir”. Foram as primeiras palavras que pronunciou após a sua posse, e as medidas que já tomou para intensificação da política do *Apartheid* demonstram que não se afastará dessa linha de conduta. É portanto fora de dúvida que este campeão do racismo — que considera o liberalismo inglês uma ideologia subversiva — não se poupará a esforços para estreitar os laços que prendem a África do Sul aos seus dois aliados: os governos de Lisboa e Salisbury. O robustecimento do Eixo Branco da África Austral é uma meta que tentará alcançar custe o que custar. Como muito bem assinalou o “East African Standard” em editorial intitulado *O Hitler da África do Sul*, “Seria difícil encontrar em todo o Continente africano outro homem mais extremado em suas opiniões sobre o racismo, mais obstinado na aplicação de uma opinião dogmática e mais persuadido da justiça de suas convicções”.

A realidade é essa e não podem os democratas portu-

guêses ignorá-la. Os próprios porta-vozes do Foreign Office, tradicionalmente reservados, manifestaram o temor de que Vorster não só intensifique o seu auxílio ao regime rebelde de Ian Smith como passe a ajudar em escala considerável o colonialismo português na sua luta contra os patriotas moçambicanos e angolanos. Devemos pois prepararmo-nos para enfrentar esse novo e perigoso adversário. Assim como os nacionalistas de Angola, Moçambique e de Guiné Bissau são nossos aliados naturais na luta pelo derrubamento de Salazar, o fascista Balthazar Johannes Vorster é um inimigo natural do povo português. Como tal temos de o combater e ao monstruoso regime de *Apartheid* que encarna.

AUMENTA O DESCALABRO ECONÓMICO E FINANCEIRO

A publicação do Relatório das Contas Públicas referente a 1965 veio provar de maneira inofismável que a única saída encontrada pelo fascismo para enfrentar as dificuldades causadas pela guerra colonial e o crescente desequilíbrio da balança comercial é uma total submissão ao imperialismo expresso numa proteção ilimitada aos monopólios.

As estatísticas provam que quanto mais dinheiro emprestado pede Salazar aos monopólios estrangeiros, maior é a dependência em que vai ficando o País. O deficit da balança comercial atingiu no ano passado quase 10 milhões de contos, o maior da nossa história. Presentemente, Portugal importa quase o dobro do que exporta, o que determina uma evasão de capitais ruinosa à economia nacional e que não é de modo algum compensada pelo afluxo de capitais de investimento. Estes, longe de assinalarem o início de uma era de franco desenvolvimento — como pretende a propaganda fascista — apenas acentuam a concentração monopolística com os seus reflexos na maior exploração dos trabalhadores, na liquidação das pequenas e médias indústrias e na ruína dos pequenos e médios proprietários rurais.

Só em relação à Alemanha Ocidental o deficit da nossa balança comercial foi de . . . 2.894 mil contos, vindo depois a França com 1.189 mil contos, e a Itália com 859 mil contos. O deficit com os países do Mercado Comum as-

cendeu a nada menos de 5.631 mil contos. E as tão propagadas vantagens da integração de Portugal na EFTA também são desmentidas pelos números. Os saldos credores só existem nos discursos de propaganda dos ministros fascistas. A realidade mostra que em relação ao conjunto dos Sete, encabeçado pela Inglaterra, o deficit de Portugal foi de 1.094 mil contos.

Os gastos com a guerra passaram de 2.609 mil contos em 64 para 5.100 mil contos em 1965, duplicando portanto. No mesmo período, as verbas destinadas a obras públicas sofreram uma redução de . . . 670 mil contos, sendo as obras de fomento rural contempladas com a ridícula verba de 100 mil contos. . .

Como era inevitável, a política de guerra não provoca apenas uma maior carga tributária. Ela força o governo a recorrer ao critério externo, a estender a mão ao estrangeiro e nas piores condições possíveis. Não é de estranhar assim que desde 1961 a Dívida Pública tenha subido de 18.680 mil contos em 1961 para mais de 31 milhões de contos em 1965!

São desse género as amstras que Salazar oferece à Nação do “gênio financeiro” que os seus porta-vozes no Brasil teimam ainda, ridícula-mente em proclamar aos quatro ventos.

A POLITICA AGRICOLA DO FASCISMO

A pequena e a média lavoura receberam com justificada indignação o despacho do ministro da Economia que, no início do verão, veio acelerar o processo de concentração da propriedade através de uma série de medidas que o Estado fascista se propõe levar a cabo.

Segundo o despacho em questão, “as dotações e apoios técnicos e financeiros não serão dados a todos quantos se empenham na cultura de cereais, mas apenas àqueles que a realizem em determinadas condições”. Traduzido em miúdos, significa isso que somente os grandes agrários poderão beneficiar do apoio do Estado. Os pequenos e médios lavradores ver-se-ão forçados a abandonar as suas culturas tradicionais para se dedicarem à produção de gêneros que interessem à atividade agrícola nos moldes da sua reestruturação oficial. Assim, as medidas de *emparcelamento* e *parcelamento* da propriedade, a prática da colonização interna e o controle da produção agrícola já não bastam aos grandes proprietários e ao governo fascista. Pretendem estes, agora, dominar toda a atividade agrícola, eliminando os pequenos e médios lavradores e transformando os que se dispuserem

a submeter-se em instrumentos da sua ação monopolista.

Perguntam muitos lavradores, desalentados, que fazer? A resposta só pode ser uma: Lutar! Lutar contra o governo fascista e contra o poder dos monopólios. Na sua III Conferência, a Frente Patriótica de Libertação Nacional apontou o caminho correto na sua plataforma política. A solução para o problema agrário português passa pelo derrubamento do fascismo. Antes de destruído o Estado fascista não será possível levar a cabo uma autêntica reforma agrária que liquide a grande propriedade e o poder dos monopólios no campo, entregando a terra a quem a trabalha. Como é óbvio, essa luta em perspectiva, que promete elevar-se a um nível superior nos campos do Alentejo e do Ribatejo, onde a concentração da propriedade assume aspectos impressionantes, exige uma participação cada vez mais ativa e responsável dos camponeses na batalha comum de todo o povo contra o fascismo.

A GUERRA COLONIAL AMEAÇA A PAZ

Os democratas portugueses vêm sustentando insistentemente desde os massacres que, em 1961, assinalaram a repressão à revolta das populações do norte de Angola que a guerra colonial desencadeada pelo fascismo salazarista constitui uma ameaça à paz mundial. Coerentes com essa posição, as organizações democráticas portuguesas espalhadas por seis países americanos — Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos e Canadá — têm dirigido anualmente à Assembleia Geral das Nações Unidas, Memoriais em que, sugerindo a adoção de medidas adequadas para assegurar o direito à imediata independência dos territórios sob administração portuguesa, apontam as guerras em curso em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau como ameaça real à paz mundial.

O recente bombardeamento da aldeia de Ichipatela pela Força Aérea Portuguesa, verificando-se após uma série de incidentes semelhantes ocorridos nas fronteiras com o Congo (Brazaville) e o Senegal, veio demonstrar a justiça do ponto de vista defendido pelos democratas portugueses.

Na queixa apresentada na ONU, o embaixador permanente de Zambia salientou que “se Portugal não cessar imediatamente a sua política agressiva contra a República soberana de Zambia”, o seu governo “será obrigado a adotar firmes medidas defensivas para repelir os agressores”.

Não se trata, como se ve-

rifica, de um protesto meramente formal, mas de uma clara advertência de que Zambia ripostará à força com a força se as agressões voltarem a repetir-se. A guerra colonial salazarista ameaça assim transformar-se num conflito de mais vastas proporções, envolvendo uma ou mais nações africanas — aquela ou aquelas cujos territórios e espaços aéreos vêm sendo repetidamente violados pelas forças militares portuguesas. A ameaça à paz mundial está pois claramente configurada. A menos, contudo, que as Nações Unidas se decidam a passar do domínio dos apelos e das condenações inócuas ao das medidas concretas, Salazar não recuará na sua política de intimidação e agressão a nações africanas pacíficas. É tarde demais para isso. O fascismo português ligou o seu destino ao dos governos racistas da Rhodésia e da África do Sul.

FUTEBOL E POLITICA

Quando a seleção nacional de futebol se classificou brilhantemente em 3.º lugar no Campeonato do Mundo realizado na Inglaterra, salientamos nestas colunas, ao registar o feito, que o fascismo tudo faria para chamar a si esse feito e explorá-lo politicamente em benefício próprio.

Foi efetivamente o que aconteceu. Chega-nos a notícia de que os jogadores da equipe nacional serviram de instrumento a uma manobra repugnante. Por incrível que pareça, o energúmeno que preside à Federação Portuguesa de Futebol enviou, ainda de Londres, um telegrama em que, em nome de toda a delegação, se dedicavam as vitórias alcançadas nos estádios ingleses à guerra colonial em que o fascismo se acha empenhado em África. Provavelmente, alguns dos jogadores nem souberam do abuso praticado. Mas o fato é que os seus nomes e o justo prestígio de que gozam junto das massas foram utilizados ao serviço de uma política criminosa e de uma guerra que merece o repúdio universal.

Cabe aqui repetir o que já dissemos. Os êxitos alcançados na Inglaterra foram dos atletas, dos clubes a que pertencem, das massas desportivas em geral. Para eles o fascismo em nada contribuiu. Salazar nada tem feito pelo desporto nacional. A prova têmola nos resultados modestíssimos do atletismo — desporto base por excelência — no malogro das nossas participações nas Olimpíadas e nas derrotas que os desportistas portugueses colecionam em todas as modalidades chamadas pobres que, em qualquer país, vivem do apoio oficial.

(Continua na página 7)

Com os guerrilheiros de Amílcar Cabral - III

JUSTIM VIEYRA

Publicamos abaixo a terceira e última parte da comovente reportagem que Justin Vieyra, enviado especial da Revista "Jeune Afrique" realizou na Guiné-Bissau junto dos guerrilheiros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.

SEGUNDA, 6 DE JUNHO

Alguns minutos após o nosso despertar, soam tiros não longe da base. Receiam-se novos bombardeamentos. Quemo, após nos ter feito sair da base, dirige-nos para os abrigos arranjados na floresta vizinha, reúne os seus homens e parte para reforçar as patrulhas já em luta com o inimigo. São cinco horas.

Do nosso abrigo escutamos atentamente o rumor de um combate que se trava a alguns quilómetros de distância. Os meus companheiros reconhecem facilmente as detonações das bazucas dos guerrilheiros do PAIGC. Só um avião de reconhecimento atravessa o céu. A chuva ameaça. Toda a manhã ouço tiros. Vêm informar-nos que os guerrilheiros de Quemo tiveram um encontro com os elementos de um quartel português próximo. Precedidos pelos seus auxiliares africanos, tinham querido dirigir-se pela madrugada à aldeia protegida por Quemo, a fim de efetuarem a pilhagem.

No fim da tarde a tempestade rebenta. Os portugueses retiram-se. Deixamos o nosso abrigo e voltamos à base ao mesmo tempo que Quemo e seus homens. Trazem dois feridos que imediatamente são confiados a Titina.

Pela primeira vez vejo Nino e Oswaldo bastante inquietos. Oswaldo quer saber porque os "tugas", os portugueses se tornaram tão agressivos. Pensa na presença de Cabral na guerrilha.

Entretanto, trazem um desertor português e peço para falar-lhe. É um rapaz alto de vinte anos. Traz talismãs como os guerrilheiros do PAIGC. Estes tratam-no com muita humanidade. Nino serve de intérprete. Nascido no sul de Portugal, em agosto tinha sido convocado para o exército aos dezenove anos para prestar serviço por dois anos. Já havia passado dez meses na Guiné e dois no quartel donde fugira. Nesse quartel duzentos homens. Por ocasião de uma punição em que tinha de carregar água, fugira.

"Se nos autorizassem a sair do nosso quartel, haveria um número muito maior de desertores, contamos

— Disseram-lhes porque se batem?

— Disseram-nos que era preciso restabelecer a ordem alterada pelos bandidos.

O desertor explica-nos que sem a aviação e o concurso dos guineenses engajados no exército português, o seu perfeito conhecimento do terreno tornaria os guerrilheiros praticamente invulneráveis.

Afirma que a alimentação é insuficiente nos acampamentos onde o abastecimento deveria estar assegurado pelos helicópteros. Todas as estradas estão minadas e controladas pelos nacionalistas. Confirma que a 10 de abril último, pelas 9 horas da manhã, e quando de uma emboscada feita pelos guerrilheiros um comboio português de 500 homens, que se dirigia de Biambi a Boula, foi atacado. A emboscada

durou menos de uma hora e houve 48 mortos do lado português dos quais três oficiais, quatro caminhões GMC destruídos dos 24, e três autometralhadoras. Os nacionalistas tiveram um morto e dois feridos.

Alguns instantes mais tarde, encontro Júlio que planejava o ataque. Conto-lhe os fatos como o desertor os havia relatado.

"Sim, disse êle, a operação foi fulgurante e com o dedo desenhou no chão o plano do ataque.

"Só tínhamos cinco bazucas, é preciso ver! Temos de atacar sempre, atacar sem descanso, nunca deixar os "tugas" tranquilos.

Anima-se revivendo esta aventura e quando fala dos "tugas" é com ódio. O desertor diz-me ainda que os aviões a jato são pilotados por alemães e que nas forças portuguesas há mercenários de várias nacionalidades.

Às 16 horas deixamos a base. O nosso programa foi transtornado pelo ataque da manhã e pela chuva. Dirijimo-nos para Ador onde devo contactar com as organizações aldeãs. Quatro horas de marcha que me permitem experimentar as virtudes tonificantes de um excelente vinho de palma. Bordejamos um pântano. Nino sugere que me deixe levar por um sólido guerrilheiro. Tenho de opor-me. Titina precede-nos a todos, entrando no pântano até os joelhos.

A nossa chegada mais de 2.000 aldeões se reuniram diante da cabana do chefe. Acolhem-nos com alegria apesar de decepcionados com a ausência de Cabral. O hino nacional é cantado em português pelas crianças da escola. Oswaldo lança os slogans e arenga a população em crioulo. O chefe militar, Antonio, traduz as suas palavras em mandjaco. A despeito da fadiga, participamos das manifestações e das danças organizadas pelos jovens milicianos e 200 alunos das localidades próximas. E será lá fora, deitados no chão que passaremos o resto da noite.

TERÇA, 7 DE JUNHO

Noite curta! Pelas quatro da manhã rompe de súbito o barulho de uma corrida rápida. Pessoas põem-se em fuga, dispersam-se em todas as direções. Sigo o movimento sem tempo para calçar-me. É um falso alarme: Não há portugueses nas imediações. Um garoto tivera um pesadelo e semeara o pânico. Retomamos os nossos lugares mas ninguém consegue mais dormir. Às sete horas, vamos para a floresta vizinha, para onde fora transferida a escola. Há aí 150 alunos cujos livros de leitura, (em português) são editados pelo PAIGC. Divertem-se a cantar canções revolucionárias. A luta pode durar. O levantamento dos combatentes de hoje está desde já assegurado.

Logo depois do meio dia numa clareira rodeada de patrulhas armamos um comício popular e confirmamos esta opinião. Oswaldo comenta as decisões da última conferência do PAIGC. O nome de Cabral vem regularmente nas suas palavras, saudadas com longos aplausos.

— A nossa luta tem um grande significado para a África. Venceremos porque temos o desejo de não continuar vivendo na escravidão.

De súbito todas as mulheres sorriem. Oswaldo acaba de afirmar

com ardor que elas são iguais aos homens.

— Sei que entre vós há muitos muçulmanos e que os muçulmanos aqui não trabalham, deixando às esposas o cuidado de ir cultivar os campos. Doravante os homens trabalharão, as mulheres não serão suas escravas. Acabou-se, o PAIGC decidiu assim. Quem não está de acordo?

A assistência aplaudia ainda com mais força. É a vez dos jovens manifestarem alegria quando Oswaldo assegura que no futuro nenhum casamento sairá de uma oferta de seis vacas ao pai da noiva. Oswaldo continua falando. Lembra os deveres dos responsáveis, ameaça mandar fuzilar os traidores.

Desde que a luta armada se desencadeou em Bissau-Guiné, em janeiro de 1965, as populações libertadas não cessaram de trazer o seu apoio aos guerrilheiros que elas alimentam e aos quais se reúnem muitas vezes a quando dos combates. Testemunham um elevado grau de consciência. 17 horas. Devo deixar os meus companheiros. Ireneo oferece-me uma faca tirada ao inimigo antes de acompanhar-me, ao lado de Nino, Oswaldo, Titina, Júlio, até um afluente do rio Farim onde me confiam a uma escolta de dez homens que Antonio vai chefiar. Chegada a hora do adeus esforço-me por não parecer muito triste. "Espero, — digo a Titina, — que em breve iremos dançar a pachanga nos salões do governador português em Bissau".

Havia feito um talho no pé. Titina recomenda-me que não deixe de me fazer ministrar um soro antitetânico à minha chegada a Ziguinchor, no dia seguinte e Oswaldo dá-me uma forte palmada no ombro.

A nossa piroga afasta-se. A paisagem parece-me inquietante mais ainda que o silêncio apenas quebrado pelo toque dos remos na água. A noite está caindo. Eis o outro rio. Ainda uma noite de marcha. A mais difícil. Nada vejo. Ainda os pântanos onde é necessário patinhar. Só de manhãzinha chegaremos à fronteira, pois exaustos decidimos fazer uma parada numa das bases situadas nas proximidades do Senegal, também muito perto dos acampamentos portugueses de São Do-

mingos, Biambi e Bolama de que vejo as luzes que pontilham a fronteira

QUARTA, 8 DE JUNHO

Despertar às 6 horas. Deixo aos meus companheiros as caixas de fósforos, pente e o pequeno espelho que se encontravam na minha bagagem. A nossa escolta está reforçada. Porque? Ainda há quatro horas de marcha. Às 11,30 encontro-me em território senegalês. Estendido debaixo de uma árvore espero durante três horas o carro do PAIGC que me levará a Ziguinchor. José deve esperar-me para me levar a Dakar. Em vão e é um garagista senegalês em contato com o PAIGC que me promete uma "boléia" para chegar à capital. Admira sem reserva a coragem dos combatentes guineenses:

"Acho que o governo senegalês deveria ajudar mais os responsáveis do PAIGC e deixar de mão os tipos do FLING (organização concorrente

do PAIGC), que preferem fazer guerrilha em Dakar.

QUINTA, 9 DE JUNHO

Acordo às 5,30. O garagista senegalês acompanha-me à balsa de Ziguinchor. Atravessamos a cidade, coquete, com os seus jardins, a residência do governador, as duas quadras de ténis diante do hotel Aubert... Quando chegamos às proximidades do Casamansa, o motor da balsa já ronca. Tenho a surpresa de me ouvir chamar pelo nome. É um técnico da Rádio-Senegal. Faremos a viagem juntos para Dakar.

Às 15 h. telefono para o bureau do PAIGC. Amílcar Cabral está lá. Recebe-me algumas horas antes de voar para Conakry:

"Não queria acompanhar-te às nossas guerrilhas. Prefiro deixar-te descobrir sozinho a nossa luta e suas dificuldades. Sei quanto pesará o testemunho de "Jeune Afrique". Em todo o caso será o primeiro depoimento africano..."

Dez mil franceses protestam contra a repressão Salazarista

Constituiu um grande êxito a participação portuguesa na festa do jornal francês *L'Humanité*, realizada em Paris nos dias 10 e 11 de Setembro. O Pavilhão dos democratas portugueses, instalado numa das entradas do amplo recinto, ocupava cerca de 400 m², compreendia as seções de Bar, Restaurante, Propaganda, Artesanato e outra, especial, consagrada ao Vinho do Porto. Pelas paredes havia quadros com palavras de ordem e desenhos estigmatizando o fascismo português e as guerras coloniais. Os apelos à Unidade davam a nota dominante. Havia também numerosas faixas e cartazes conclamando os trabalhadores portugueses em França a manterem-se unidos à classe operária francesa, para defesa de interesses comuns.

Na Secção de Propaganda, a cargo de jovens democratas, principalmente estudantes e desertores do exército fascista, havia um stand para venda de livros de autores antifascistas, tais como Manuel da Fonseca, Vitor de Sá, José Gomes Ferreira, Ferreira de Castro, Alves Redol, Miguel Torga, Augusto Abelaira, José Rodrigues Migueis, Mario Ventura Henriques e Alexandre Cabral. Soeiro Pereira Gomes e Aquilino Ribeiro estavam também representados, bem como José Dias Coelho, assassinado pela PIDE. "Fidelidade" de Antonio do Rio e "Intranquilidade", de Vicente Campinas, obras acabadas de editar, eram autografadas para o público pelos respectivos autores.

Toda a imprensa democrática portuguesa editada no Interior e na

Emigração achava-se exposta e exemplares desses jornais eram oferecidos aos visitantes. "Portugal Democrático", como em anos anteriores, circulou largamente pelo Pavilhão Português.

Por outro lado, centenas de postais com as fotografias de Sofia Ferreira e do capitão Varela Gomes foram assinados pelo público, e depois de selados, remetidos ao "presidente" Tomás, juntamente com outros, protestando contra a repressão e exigindo uma Anistia total.

ABAIXO-ASSINADO A TOMAS

Cerca de 10.000 visitantes assinaram o documento que abaixo reproduzimos e que foi, posteriormente, remetido ao "presidente" Américo Tomás:

"Sr. Presidente da República, Lisboa, Portugal.

Nós, abaixo assinados, Democratas de várias opiniões, exprimimos o nosso veemente protesto contra a repressão política em Portugal, a situação nas prisões fascistas, as "medidas de segurança", a prisão por tempo indeterminado, e exigimos uma ampla e verdadeira anistia política.

Os Democratas portugueses Sofia Ferreira, gravemente doente, Capitão Varela Gomes, José Bernardino, devem ser imediatamente libertados.

— Anistia para os presos políticos portugueses.

— Abaixo as torturas e as "medidas de segurança".

— Liberdade para o Povo Português."



Nas zonas libertadas de Guiné-Bissau, a mobilização de vontades contra o colonialismo é total. No cliché: jovens do P.A.I.G.C. exercitando-se para futuros combates.

Coitado do «seu» Joaquim...

FRANCISCO VIDAL

Lemos recentemente nos jornais que o «seu» Joaquim visitou o Brasil. Por aqui esteve, por cá se encheu de comensais e certamente de «tatuinho», única desculpa que tem para as asneiras que depois disse, a propósito de tudo e de todos, qual «emulo do moderno Calino, que trocasse pelo nome de Franco Nogueira...»

Voltou o homem a Portugal. Voltou à santa terrinha, cheio das honrarias por cá recebidas, não sei mesmo se de comendas — ombreando então com os tradicionais comendadores desta praça, igualmente estúpidos mas menos maldosos — e... botou fala...

Vejo pelos periódicos que sua exaltância, por certo ainda mal rejeito dos vapores do álcool que por aqui ingeriu, resolveu admitir que «na luta em favor da civilização ocidental», frase feita mas que ainda continua fazendo o maior efeito, seria lógico e coerente que os exércitos das duas Pátrias, o português e o brasileiro, se dessem as mãos, trocassem segredos militares e se empenhassem — talvez até mesmo no significado literal da palavra — e por certo a fundo, como deseja o troglodita que há tantos anos desgoberna Portugal, em matar o maior número possível de angolanos, moçambicanos e guineenses, para que — finalmente... — a tal civilização ocidental, tão bem representada em África pelos monopólios internacionais, que sugam o sangue dos nativos, conseguissem pôr fim, e não digamos que sem ser à custa de ingentes esforços, esmagar de uma vez por todas os últimos resquícios dos desejos de independência dos povos africanos que Portugal domina, abrindo um glorioso caminho para que a «inteligência» lusitana (leia-se PIDE), então acompanhada e acalentada pelo Brasil, pudesse «dilatar a fé e o império»...

Coitado do «seu» Joaquim! Será que alguns anos de Brasil, onde viveu em épocas felizes para ele, com pingues recursos, sem ser obrigado a subsistir com os parcos ordenados que antes lhe davam em Portugal, quando, em vez de ser o sr Adido Militar, no Rio cuidava dos cavalos da tropa ou determinava o rancho dos recrutados, não o ensinaram a ver claro a respeito deste país, a sentir este povo, a ver a grandeza desta Pátria? Julgamos que se poderá, à semelhança do que o seu patrono faz na nossa terra, reduzir a cinzas os

desejos de liberdade, aniquilar de vez os sentimentos democráticos, fazer tábua rasa de todas as aspirações de uma grei que tantos exemplos tem dado ao mundo no campo da libertação das consciências?

Coitado do «seu» Joaquim! Como se engana este pobre diabo, cuja nomeação para o cargo que ora ocupa foi surpresa para todos e muito mais que ninguém para ele próprio... Como o «seu» Joaquim, ao que pesem os seus anos de Brasil, se engana a respeito do que pensam aqueles que pensam neste país! Como pode o «seu» Joaquim acreditar — se é que acredita, no que temos dúvida — que o Brasil alguma vez se engajaria ao lado de Portugal, ou melhor ao lado do governo racista de Portugal, na sua luta contra os negros africanos! Será que «seu» Joaquim dormiu durante todo o tempo em que esteve no Brasil como adido? Ou será que foi influenciado pela opinião de alguns racistas, que infelizmente e por inacreditável que isto pareça, ainda existem no Brasil, e que desejam, como ele e o seu patrono, o aniquilamento dos nossos irmãos da África, que, apenas porque são negros, deverão, de acordo com o seu ponto de vista, e do seu chefe está claro, ser riscados da face da terra?

Como se engana o «seu» Joaquim! Como ele ignora o Brasil e os brasileiros! Como ele esquece a História! Como ele não mais se lembra o que sentem os que aqui, nesta generosa terra, agora e sempre, se batem pela liberdade do homem de cor e para que, de uma vez para sempre, acabem no mundo essas lutas inglórias, inglórias para aqueles que desejam a supremacia da raça branca, contra tudo e contra todos os que não têm a pele branca. E porque não ir mais longe, «seu» Joaquim? Porque não declarar desde já a guerra «santa» contra todas as outras raças, além da negra? Porque não dizer já abertamente que a única «pura» é a branca, como apregoavam os chefes nazis, tão apreciados pelo «homem de Santa Comba», por sua vez tão obedecido e seguido por todos quantos na nossa pobre terra, para suprirem a falta de idéias próprias e de inteligência, o apontam como o exemplo?

Coitado do «seu» Joaquim! Paz à sua alma, pois já morreu há muito, se não fisicamente, pelo menos mentalmente!...

Portugal Democrático

Alguns amigos e assinantes de «Portugal Democrático» responderam aos insistentes apelos que temos feito no sentido de uma maior ajuda ao nosso jornal. Só graças a esses auxílios, principalmente os vindos de fora do Brasil, temos podido sair com regularidade. Cabe salientarmos uma vez mais, o dinamismo e a dedicação do nosso representante no Canadá, Amélio dos Santos, que acaba de nos enviar 50 dólares. Se em todos os países onde há núcleos de emigração português-

sa, «Portugal Democrático» contasse com o esforço de democratas tão interessados na vida do jornal como o é Amélio dos Santos, não lutaríamos certamente com tão prementes dificuldades.

Desde já agradecemos aos nossos leitores que se atrasaram no pagamento das respectivas assinaturas o favor de nos enviarem as importâncias em débito, pois continua a ser acentuadamente deficitária a situação em que vivemos.

Teve Repercussão a Denúncia da UDP ao Seminário sobre "Apartheid"

Embora o Seminário sobre «Apartheid» que se realizou em Brasília de 22 de Agosto a 5 de Setembro tivesse como tema específico a monstruosa política de separação de raças imperante na República Sul-Africana, o problema da existência da discriminação racial nas colônias portuguesas foi, por mais de uma vez ventilado. O representante da República da Guiné, embaixador Ashkar Marof, abordou o assunto em termos precisos, manifestando ainda a opinião de que a libertação das colônias portuguesas seria o caminho mais rápido para a eliminação do apartheid na África do Sul.

O embaixador Kaj Bjork, representante da Suécia e presidente do conclave, depois de preconizar a adoção de sanções econômicas contra a África do Sul, salientou que em sua opinião essas sanções deveriam ser extensivas a Portugal, não obstante as bases jurídicas serem para o caso português mais fracas. O embaixador sueco foi calorosamente aplaudido pela maioria das 26 delegações presentes quando recomendou que, ante a impossibilidade de se ver o atual governo português conceder pacificamente a independência às suas colônias, urgia apoiar «as forças de resistência interna que atualmente existem em Portugal e nas suas colônias».

Como era de esperar, as delegações dos países imperialistas e de modo particular a dos Estados Unidos e da Inglaterra atuaram de maneira a impedir que o relatório final do Seminário recomendasse às Nações Unidas — entidade promotora do conclave — a aprovação de sanções capazes de contribuir eficazmente para a luta contra o apartheid.

O DOCUMENTO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Reproduzimos abaixo o documento que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou ao presidente do Seminário, embaixador Kaj Bjork:

«Pela própria circunstância de Portugal ser um País cujo governo pratica a discriminação racial não se acha presente nenhuma delegação sua no conclave promovido pela Organização das Nações Unidas sobre a questão do Apartheid, ao qual v. Exa. preside. Não se pode daí inferir nem que o povo português participe da condenável posição do governo que o oprime, nem que seja indiferente aos altos objetivos humanitários de reuniões como a que neste momento tem por sede Brasília. Simplesmente, submetido a uma ditadura de 40 anos, acha-se impedido de manifestar a respeito os seus pontos de vista. Esse o motivo pelo qual a Unidade Democrática Portuguesa — entidade que congrega os democratas portugueses no Brasil — entende do seu dever dirigir-se a v. exa. para:

1 — Lembrar que a política de discriminação racial continua a ser uma realidade nas colônias portuguesas;

2 — Solicitar que, de acordo com o item 2 do programa desse Seminário seja examinado o problema da discriminação racial nas colônias portuguesas e estudados os seus efeitos sobre as relações internacionais, concretamente como ameaça real à paz e à segurança.

Não desconhece certamente v. exa. que, após o início da insurreição das populações do Norte de Angola, em 1961, o governo português, preocupado com as repercussões internacionais da sua política colonialista, decidiu abolir da ordem jurídica e administrativa tudo o que servisse para demonstrar a existência de uma situação de discriminação racial. O problema do racismo não é, porém, de natureza jurídica: é

fundamentalmente de ordem social. A apressada modificação das leis portuguesas em pouco alterou assim uma situação odiosa. De jure, a discriminação racial foi quase abolida nas colônias portuguesas; de fato, persistiu.

As estatísticas do Estado português são disso a melhor prova. Não cabendo aqui longas citações, limitamo-nos a apresentar alguns brevíssimos dados relativos a Angola e que valem por uma demonstração da permanência de uma situação de discriminação racial:

Só 3,3% da população escolar dos estabelecimentos secundários e técnicos é negra, apesar de haver em Angola dezesseis negros por cada branco.

Apenas 30% do orçamento da assistência pública se destinam aos «indígenas», que contribuem para o número de óbitos com uma percentagem de 96,6%.

Segundo o Anuário Estatístico de Angola, 84% das crianças «indígenas» falecem de uma estranha doença: senilidade!

Nada menos de 99,3% da população negra é constituída por aqueles que até 1961 eram classificados como «indígenas» nos termos do Estatuto do indigenato, isto é, como indivíduos sem direito à plena cidadania portuguesa, sem direitos políticos, julgados por tribunais especiais, sem direito de defesa, e submetidos com frequência a punições corporais.

Os assalariados que cultivam a terra, embora regidos pelo mesmo diploma do Código Rural, empregando a sua força de trabalho em culturas e tarefas idênticas, têm salários diferentes: o negro recebe US\$ 0,6 dólares por semana e o branco US\$ 4 dólares.

Os números relativos a Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé refletem a vigência de situações absolutamente semelhantes à existente em Angola.

Na prática, toda a legislação antidiscriminatória é desrespeitada, com o consentimento e a aprovação das autoridades. As Juntas de Povoamento, por exemplo, continuam espoliando os camponeses africanos das suas terras, distribuindo as mesmas aos colonos europeus enviados expressamente de Portugal. O próprio ministro do Ultramar, sr. Silva e Cunha, apontado como o teórico da colonização portuguesa, aprova essa política e não se pejou num dos seus trabalhos de condenar a criação de colonatos «indígenas», acentuando que «é necessário uma grande prudência para evitar o desenvolvimento de uma organização econômica indígena que, no futuro, possa constituir um obstáculo ao estabelecimento de colonos» (brancos).

De modo sistemático, aliás, o governo português pretende utilizar o camponês angolano como «meio de perpetuar os laços coloniais», o que contraria frontalmente o espírito da Resolução 15.14 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas. A existência do trabalho forçado é outra prova da discriminação racial e está documentada não apenas em estudos como os do eminente sociólogo norte-americano prof. Marvin Harris como nas queixas apresentadas a respeito na Organização Internacional do Trabalho.

«Se a natureza e os objetivos fundamentais do colonialismo português são sobejamente conhecidos — as palavras são de um líder angolano, Américo Boavida — os meios de que lança mão para tentar sobreviver à sua agonia, e as formas com que se pretende mascarar para se justificar e beneficiar duma possível tolerância, fazem dele um inimigo ainda mais perigoso para o povo angolano».

É essa máscara que os democratas

portugueses desejam ver arrancada. Um regime de odiosa discriminação racial como a que o governo português continua aplicando nas suas colônias não pode beneficiar da tolerância internacional.

As guerras coloniais em curso na Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique constituem prova dessa discriminação. As resoluções do Conselho de Segurança de 31 de julho e de 12 de dezembro de 1963 e a de 23 de novembro de 1965 condenando a política africana do governo de Salazar, e a Resolução de 9 de abril p. p. da Assembleia Geral da ONU autorizando o bloqueio ao porto da Beira, tornam, por outro lado, claro que o colonialismo racista de Lisboa mereceu há muito uma reprovação universal, igualando-se nesse aspecto ao praticado pelos governos vizinhos de Verwoerd e Ian Smith.

Por todos os motivos apontados, esperamos que o problema da discriminação racial das colônias portuguesas seja debatido nesse Seminário até por que constitui uma ameaça real à paz e segurança mundial».

A denúncia dos democratas portugueses do Brasil foi publicada na íntegra por vários jornais de São Paulo, obtendo considerável repercussão junto da opinião pública brasileira.

Colonialismo e anticolonialismo

GUINÉ

Completaram-se no mês passado 5 anos de guerra. Longe de esmagar a rebelião, como desejava Salazar, o exército português não pode resistir à determinação do povo guineense de conquistar a sua liberdade. Foi perdendo terreno e concentrando-se nos centros urbanos, onde havia relativamente maior possibilidade de defesa. Hoje luta-se a 40 quilômetros de Bissau, e nas regiões do interior, os núcleos militares que restam, em alguns campos fortificados, não se arriscam a atravessar as cercas de arame farpado que os circundam. A própria capital se encontra protegida por uma cerca de arame farpado. De acordo com tais condições, os patriotas guineenses começaram uma nova fase de luta caracterizada pelo ataque sistemático e em escala progressiva a esses campos. Com o uso de armas pesadas, em especial bazookas e morteiros, seguido geralmente de ataque com armas ligeiras, os nacionalistas conseguiram, só neste ano, destruir 11 campos fortificados e causar sérias destruições em mais 16.

Enquanto isso, segundo informações dadas a público pelo PAIGC, prepara-se ativamente o desencadear da luta armada nas ilhas de Cabo Verde, o que significará ainda maior dispersão do exército colonialista.

No mês de agosto três cinegrafistas da Rádio Televisão Francesa passaram uma semana no interior da Guiné, junto dos combatentes do PAIGC, realizando diversas filmagens sobre a vida e a luta do povo guineense e tendo inclusive filmado um ataque levado a cabo por uma unidade do exército popular contra forças portuguesas estacionadas perto do porto de Olossato, no qual estas tiveram mais de uma dezena de baixas.

Entre as operações militares mais recentes salientamos as seguintes que mostram o desgaste que sofre continuamente o exército colonialista:

(Continua na página 7)

Pela amnistia e contra a repressão

ABAIXO A "PRISÃO INDETERMINADA"

A "justiça" fascista preocupada com a campanha mundial contra as chamadas "Medidas de Segurança", campanha que já forçou Salazar a abrir as portas dos seus presídios a numerosos patriotas, prepara-se para, numa manobra artificiosa, substituir as famigeradas medidas por aquilo que passará a intitular-se *Prisão Indeterminada*. O ministro da Justiça, Antunes Varela, já anunciou publicamente essa iniciativa governamental.

Que significa a mudança? Apenas que o fascismo busca uma cobertura jurídica mais aceitável para os seus crimes. As "medidas de segurança" criavam embaraços quando se tratava de conservar presos por muitos anos, patriotas que já haviam cumprido suas penas. Cada vez que expirava o prazo, tinham as ditas medidas de ser prorrogadas por um Tribunal. Agora, Salazar e a PIDE pretendem simplificar as coisas em benefício próprio. A *Prisão Indeterminada* colocaria os presos completamente à mercê da PIDE, não dando ao preso — pensam os fascistas — a campanhas incômodas no País e no Estrangeiro.

A prova de que estão errados é que, antes mesmo de transformado em realidade esse sinistro designio, já se movimentam em todo o mundo, em solidariedade ao povo português, e contra a *Prisão Indeterminada* personalidades eminentes e dezenas de entidades sindicais e estudantis.

Abaixo as "medidas de segurança" e abaixo a *Prisão Indeterminada*, sucedâneo que o fascismo se prepara para impor! Uma vez mais apelamos para os nossos leitores a fim de que enviem cartas e abaixo assinados ao "presidente" Américo Tomás protestando contra essa nova e abjecta manobra de Salazar e da PIDE.

LIBERTADOS ALBERTINA DIOGO E JOSÉ ROLIM!

O povo português, com o apoio do movimento internacional de solidariedade à sua luta, acaba de conseguir uma importante vitória com a libertação de ALBERTINA DIOGO e de JOSÉ ROLIM. Albertina Diogo, permanecia arbitrariamente detida, por força das "medidas de segurança", pois já havia cumprido a pena em que fôra condenada. Quanto a José Rolim, doente há meses, poderá agora receber os cuidados que o seu estado exige. Cabe lembrar que a campanha para a sua libertação foi insistente, contando-se por centenas os apelos vindos de todo o mundo e os protestos responsabilizando o fascismo pelo que lhe pudesse acontecer por falta de assistência médica adequada.

Mais do que nunca, urge agora concentrar todos os esforços no sentido de se obter a imediata libertação de SOFIA FERREIRA — gravemente doente — e de JOSE VITORIANO, encarcerado há mais de 13 anos! O fascismo cedeu ao clamor

nacional e internacional, libertando Albertina Diogo e José Rolim. Obrigamo-lo agora a restituir à liberdade SOFIA FERREIRA e JOSE VITORIANO.

Outros presos cuja situação preocupa especialmente no momento os

democratas portugueses são o capitão VARELA GOMES, cujo internamento hospitalar é exigido pelo seu estado de saúde, e SEVERIANO FALCÃO, o mais antigo preso de Peniche, presentemente muito debilitado pelos longos anos de cárcere.

PEQUENAS NOTÍCIAS

● Foi extremamente fria a recepção dispensada pelo povo da Madeira à visita do 'presidente' Tomas, realizada no início de Setembro

● Os patriotas moçambicanos derrubaram dois aviões portugueses no Norte da colônia. Reconhecendo o desaparecimento dos aparelhos, as autoridades fascistas informaram que os mesmos eram pilotados pelos alferes Manuel Lopes e José Quirino da Camara.

● As autoridades portuguesas pretendem instalar em Angola um novo negócio: a cultura do tabaco "Virginia", para exportação, na zona de Carmona, capital da Província do Congo.

● O último diplomata estrangeiro convidado pelo governo salazarista a visitar Angola foi o embaixador do Chile Rafael de la Presa.

● Com a construção do ramal ferroviário que liga a República do Malawi ao Oceano Índico, através do porto moçambicano de Nacala, prevê-se que a chantage diplomática de Salazar sobre aquele país africano aumentará.

● Portugal vai gastar dois milhões de contos para melhorar as comunicações com a África do Sul através da construção de um cabo submarino Londres — Lisboa — Capetown. O compadrio Salazar-Vorster promete não ficar nada a dever ao que existia entre o ditador e Verwoerd...

● Em consequência do "bloqueio do petróleo", o movimento do porto da Beira sofreu uma quebra superior a 20% nos seis primeiros meses do ano. Os embarques de tabaco da Rhodesia também diminuíram sensivelmente.

● Reprovando as especulações feitas por muita gente, o bispo de Leiria, numa pastoral, lembra que "Fátima não tem a missão de encher de fantasias a quem vive ou quer viver de sonho e de alucinação".

● Após 19 semanas de permanência na Beira, deixou aquele porto moçambicano o petroleiro "Joana V" que ali chegara durante a crise que culminou com a aprovação pelo Conselho de Segurança do chamado "bloqueio do petróleo". O "Joana V" que não descarregou as 19.000 toneladas de combustível que transportava teve nestes cinco meses, quatro comandantes e arvorou dois pavilhões, passando depois a apátrida, antes de recuperar a matrícula grega. O governo acabou por

ganhar no negócio milhares de contos, em despesas portuárias.

● Portugal passou a exportar algodão para os Estados Unidos. Recordase que a cultura do algodão em Angola, realizada em condições anti-econômicas, esteve na origem da revolta das populações de Malange em março de 61, início da guerra colonial em Angola.

● É de 25 anos o prazo concedido à United State Steel Export Company para explorar a Ponte sobre o Tejo por ela construída

● Nos Estados Unidos devem ter sido julgados a semana passada em Buffalo, por um Tribunal Federal, seis aventureiros implicados na venda de material de guerra — incluindo oito aviões — ao governo português. A imprensa norte-americana acusou o governo de Washington de conivência.

● O embaixador dos Estados Unidos em Madrid, sr. Francis Duke declarou à imprensa, nas Baleares, que o seu país não só advoga a entrada da Espanha na NATO, como a considera "de grande eficácia".

● Segundo o jornal "O Lobito" foi descoberta nova jazida petrolífera em Angola na região de Pinda, fato que determinou a movimentação imediata dos representantes dos monopólios estrangeiros.

Acordos

(Concl. da 1.ª pag.)
decimento e pela união cada vez mais íntima das duas pátrias irmãs.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS: João Sarmiento Pimentel, Carlos Neves, Alexandre Pereira, Alfredo, Masson, Francisco Sarmiento Pimentel, Lenine de Jesus Alexandre, Fernando Ramos, Joaquim Duarte Batista, Manuel Jeremias Soares. Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA: Maria Archer, Joaquim Barradas de Carvalho, Vitor Ramos, Miguel Urbano Rodrigues, Augusto Aragão, Manuel Moura, Manuel Gonçalves Rocheta, Helder Costa, José Mario da Silva Bodas, Joaquim José, Mario Pinto e Joaquim Quitério.

CIVILIZAR À MODA DE SALAZAR

De nós, aviadores portugueses, eles esperam e eles mandam que destruamos aldeias e escolas, casas e populações indefesas. De nós não exigem um combate leal, nem um combate sequer. De nós exigem que nos transformemos em assassinos capazes de matar, bombardear, matar mulheres, homens, crianças e velhos, ao acaso, sem lei, sem escrúpulos. É a isto que se chama "civilizar"? É a isto que se chama defender a Pátria? Companheiros! Recusemo-nos a ser criminosos de guerra! Recusemo-nos a matar populações indefesas! (Transcrito de um apelo aos Aviadores publicado em "Passa Palavra").

A Juventude Portuguesa No Luta Pela Liberdade

Os estudantes portugueses continuam lutando unidos, em duas frentes que se confundem: a das suas reivindicações específicas e a da luta geral do povo português contra o salazarismo. Os movimentos estudantis verificam-se, com maior ou menor intensidade, nas três cidades universitárias portuguesas. Em Lisboa, as associações de estudantes procurando suprir as falhas culturais da Universidade fascista, no aspecto extra-curricular, organizam ciclos musicais (como o da Faculdade de Direito, dedicado a Lopes Graça), exposições de pintura, sessões de cinema, um Festival de Teatro Universitário Peninsular. No Porto realizam-se tardes de convívio, com a participação do Conjunto Académico e do Grupo de Teatro Universitário do Porto, cujo Boletim n.º 4, dedicado quase exclusivamente ao centenário de Gil Vicente, além de artigos de Diniz Jacinto e Oscar Lopes, contém uma entrevista com Costa Ferreira, na qual o autor, falando do "perseguido teatro português" e do "teatro socialmente morto que nos é imposto", se coloca em posições de muito interesse. Na sessão de encerramento do Festival de Teatro integrado na Queima das Fitas da Universidade do Porto, o TUP deveria apresentar uma peça de Valle Inclán, que a censura, à última hora, proibiu. Os estudantes, então, comunicaram a proibição à assistência, que chamou os atores à cena e lhes tributou calorosa ovação. Em Coimbra, o Conselho de Repúblicas realizou uma sarau cultural, constando de baladas, guitarradas, teatro pelo TEUC, canções do Coral de Letras e, na sessão de abertura, um discurso contra a Comissão Administrativa que foi muito aplaudido. Dois componentes da TUNA do Orfeão Universitário foram impedidos de ir a França com aquele organismo, porque se tinham negado a tocar para as forças armadas da guerra colonial.

Em Portugal não são apenas os estudantes universitários que se organizam contra o Estado Novo. Nos Liceus D. Manuel II e D. Carolina Michaelis, do Porto, os estudantes foram proibidos de vender o Boletim da C.P.A. dos Liceus, *Informação*, tendo a Reitora do segundo estabelecimento de ensino ameaçado de expulsão aqueles que o fizessem. Assim mesmo, o Boletim espalhou-se pelo Liceu e a Reitora foi obrigada a passar revista às pastas das alunas para ver se encontrava algum exemplar.

Também em Lisboa, os estudantes secundários publicaram o seu Boletim *Intervado*, que já vai no 4.º número, com excelente colaboração e aspecto gráfico. No Porto circulou um abaixo-assinado para que a média de dispensa dos exames de 3.º ciclo baixe de 16 para 14 valores. Muitos estudantes secundários têm sido chamados à PIDE em consequência da atividade manifestada nos Liceus. No Porto, os estudantes responsabilizam pelas denúncias da sua atividade, em especial, o Reitor do Liceu D. Manuel II.

O movimento dos jovens contra a repressão às suas atividades é muito grande e, de maneira geral, bem coordenado. Quando da prisão de estudantes, as Associações Escolares publicam imediatamente comunicados, informando os colegas e protestando contra as detenções. Existe mesmo uma publicação conjunta, chamada *Solidariedade*, de que publicamos abaixo o resumo do conteúdo de um dos números: — Indicação de que entre 1964 e março de 1966 tinham sido presos pela PIDE 107 estudantes portugueses; forma como se realizaram as prisões: sem mandato de captura, sem culpa formada, sem ordem de busca de ma-

drugada, levando objetos que nunca mais são devolvidos; condições prisionais: cerrado isolamento, curros do Aljube, visitas semanais e através do parlatório; interrogatórios: ameaças, sevícias, espancamentos e a tortura do sono, com descrição das consequências; conclusões: cita-se a exposição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados e a Declaração dos Direitos do Homem e mostra-se que o único caminho é a solidariedade ativa aos presos, na defesa intransigente dos seus direitos humanos.

Relativamente às consequências psíquicas da tortura do sono, o boletim *Solidariedade* refere os seguintes casos particulares: "Assim Baeta Neves engoliu as lentes dos óculos durante os interrogatórios; Maximino Cunha, internado no Hospital da Ordem Terceira, mais de um mês

(Continua na pag. 7)

A ORGANIZAÇÃO DAS J.A.P.

Do número de junho do jornal "Passa Palavra" — órgão dos militares da F. P. L. N. — transcrevemos um oportuno apelo relativo à organização das JAP pelos militares, que abaixo publicamos:

"Não basta compreendermos a injustiça da guerra colonial. Não basta sentirmo-nos vítimas da falta de escrúpulos dos senhores colonialistas. Não chega reconhecermos que a luta dos nacionalistas pela independência da sua terra é uma luta sagrada. Não temos o direito de ficar indiferentes diante da traição à nossa Pátria e da opressão aos povos das colônias.

Unam-se todos os que são contrários aos fascistas e colonialistas e organizem-se. Mas a organização nos meios militares exige grandes cuidados.

Atenção com a escolha dos militares que afirmam estar conosco. Cada um dos que estão dispostos a trabalhar contra o fascismo deve escolher um, ou dois amigos, no máximo e formar assim uma Junta de Ação Patriótica (uma JAP). Este é o começo da organização. Mas a organização sem atividade não servirá para nada. A JAP procurará por isso desenvolver o melhor que possa as atividades anti-fascistas e anti-colonialistas na sua companhia ou no seu pelotão. A cada um dos companheiros da Junta caberá a responsabilidade de uma secção ou de um pelotão, conforme a distribuição que os membros de cada Junta escolherem logo a seguir à constituição de sua Junta. Depois cada um dos elementos da Junta esforçar-se-á por constituir novas Juntas com os militares que ficaram a seu cargo.

Importa que a divisão de atividades se faça de modo que os militares contactados por um companheiro de uma Junta não sejam tanto quanto possível, conhecidos dos restantes membros da Junta.

As reuniões realizar-se-ão com grandes precauções. O lugar de reunião ideal será longe de edifícios públicos ou de pontos frequentados. Os amigos combinarão no princípio da reunião o que dirão se alguém aparecer. As JAP mostrarão aos militares portugueses o que significam a guerra colonial e o regime fascista. Uma das suas funções será a de fazer circular O Passa Palavra e a de criar pequenos grupos de ouvintes da Voz da Liberdade logo que houver condições para tal. As JAP procurarão impedir as torturas contra os nacionalistas e denunciá-las aos militares que não com-

(Continua na página 7)

Livraria Papeleria e Material Escolar

LIVRARIA EDITORA NÓS LTDA.

Próximo lançamento: "Poesias de Rosalia de Castro"

Rua Rafael de Barros, 19

São Paulo

Notas e Comentários

(Continuação da página 3)

Se alguma coisa o fascismo fez aos jogadores que nos representaram na Inglaterra foi prejudicá-los, pois a triste fama dos seus crimes estava presente nos estádios onde se apresentaram os nossos atletas. Da parte destes foi necessário muito apuro, muito esforço e muito valor desportivo para levar de vencida a antipatia de uma acolhida glacial do público britânico, resultante da auréola negra que rodeia a política salazarista.

Duplamente repelente é portanto a manobra do dirigente salazarista que chefiava a delegação. Contra o envio abusivo desse abjecto telegrama de adesão à guerra colonial devem protestar jogadores, clubes e todos os verdadeiros desportistas.

A CONFERÊNCIA DE BRAZAVILLE

Nos últimos dias de agosto e nos primeiros de setembro realizou-se em Brazaville uma importante conferência de organizações nacionalistas das colónias portuguesas de Angola, delegações do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, da Frente de Libertação de Moçambique e do Comité de Libertação de São Tomé.

O dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA, fez uma pormenorizada exposição sobre a marcha da luta na fronteira de Cabinda, destacando a sucessão de êxitos ultimamente obtidos pelas guerrilhas e deu importantes informações sobre a abertura de uma nova frente de combate no Sul de Angola, acontecimento de extraordinário significado político e militar e que vem provar o constante fortalecimento do MPLA e o aumento do seu prestígio entre as massas angolanas.

A presença de quatro ministros do governo de Brazaville e os aplausos com que saudaram as palavras do dr. Agostinho Neto foi interpretada por vários órgãos da imprensa internacional como prova do forte apoio da República do Congo (Brazaville) aos patriotas do MPLA e indício de que esse Movimento não tardará a receber maior ajuda de outras repúblicas africanas.

MEDIDAS DE SEGURANÇA, PRISÃO PERPÉTUA

O regime fascista de Salazar instituiu há muito as chamadas "medidas de seguran-

ça", isto é, a farsa de cobertura legal para a pura e simples prisão perpétua. Uma pena é atribuída no Tribunal plenário aos patriotas portugueses, muitas vezes acrescida de "medidas de segurança" por 10 anos, renováveis. Os patriotas portugueses são para o Governo de traição nacional que oprime Portugal há 40 anos, delinquentes portadores de anomalia psíquica. Assim a PIDE, e o Ministro do Interior decidem, ao expirar a pena, se o prêsso está ou não curado da mencionada anomalia psíquica. Em caso negativo, isto é, se o prêsso mantém as suas convicções de anti-fascista e de democrata, as "medidas de segurança" são automaticamente e indefinidamente renovadas. Agora o chamado Ministro da Justiça de Salazar, o fascista "parvenu" Antunes Varela, acaba de fazer declarações (26. VII. 66) em discurso de inauguração do novo Palácio da Justiça da Anadia, em que, ao referir-se ao anteprojeto do novo Código Penal Português, afirma devem ser "substituídas as "medidas de segurança"... pela "prisão indeterminada..."

Chapeau blanc, blanc, chapeau... Nada de novo nos diz este altamente situado serventuário do fascismo salazarista. As "medidas de segurança" continuam a ser iguais a prisão perpétua. Os carrascos do Povo Português continuam a sua obra de destruição, sempre bem digna dos seus êmulos Hitler e Mussolini.

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

(Continuação da página 5)

O campo fortificado de Béli foi atacado por uma unidade do exército popular que conseguiu penetrar no interior do campo. A guarnição, sem possibilidades de repelir o ataque, refugiou-se nos subterrâneos permitindo assim aos nacionalistas apoderarem-se de grande quantidade de víveres, gado e munições.

Num reencontro ocorrido na estrada de Xéxé a Béli, o exército português sofreu 25 baixas e perda de apreciável quantidade de material bélico.

O aquartelamento de Cambidjan, no centro-sul, foi totalmente destruído por um ataque da artilharia nacionalista. A explosão do depósito de material atingiu tanto os atacantes como a guarnição, tendo causado 3 mortos e 11 feridos entre os primeiros. As perdas do lado português alcançaram várias dezenas de mortos e feridos.

Na mesma região, na estrada Medjo-Guledje, 2 jeeps foram destruídos pela explosão de minas.

Os aquartelamentos de Bedanda, no Sul, Canquelifa e Buruntuma, a Leste, além de outros, sofreram nas últimas semanas repetidos ataques nos quais os elementos do exército popular empregaram obuses de morteiro de 82 mm e de canhão de 57mm.

A Juventude...

(Continuação da página 5)

com uma forma depressiva de um síndrome neurótico; Gina de Azevedo, internada no Hospital Miguel Bombarda; Vitória (de Medicina) também vítima do sono, há mais de um ano no Hospital Miguel Bombarda; Lombá, também vítima do sono, internado no Hospital Julio de Matos; Maria Antonieta Coelho tentou suicidar-se engolindo vidros de uma garrafa, depois de sujeita a apertado interrogatório.

Também o Boletim, órgão dos Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, publica um longo artigo sobre "Estudantes Expulsos". Historiando a repressão de 1961 para cá (suspensões, expulsões, prisões, condenações) e apelando para a solidariedade estudantil. Traz ainda um artigo adaptado sobre Fernand Rolweck, jovem resistente francês, que "cumpriu corajosamente o seu dever de guerrilheiro sacrificando a própria vida, sem nada ter revelado ao inimigo".

Do ponto de vista internacional os jovens portugueses têm a satisfação de verificar que não se encontram sòzinhos. Vem aumentando extraordinariamente, nos últimos tempos, a acolhida às representações internacionais dos universitários portugueses livres.

Assim, na Conferência de Turismo Universitário, realizada em Istambul (Turquia), a delegação dos estudantes democráticos foi a reconhecida oficialmente, tendo sido recusado o reconhecimento à delegação da Mocidade Portuguesa. Em Lausane e em Bruxelas surgiram agrupamentos associativos dos estudantes portugueses aí radicados. Obtiveram-se em Londres facilidades de estudo para os estudantes portugueses democratas emigrados. A PIDE, evidentemente, tem oposto as maiores dificuldades a esta expansão dos universitários portugueses. Procurando impedir o fortalecimento das relações entre a Associação de Medicina e a Federação Internacional dos Estudantes de Medicina, estabelecida há dois anos, tem interceptado a correspondência entre as duas entidades; prendeu, por um dia, um dos delegados (Antonio Pereira), forçou outro a exilar-se (Luís Lemos), apreendeu o dossier da correspondência, etc.

A náda, entretanto, os jovens portugueses se vergam. O seu combate prossegue: cada dificuldade vai sendo vencida, até que se obtenha a libertação final. Como todos sabem, as reivindicações da juventude portuguesa só serão atendidas com a queda do fascismo.

Palavras de A. Cabral

(Continuação da página 2)

tarjamos em guerra contra Portugal.

Mas muita gente critica Salazar, diz mal de Salazar. Salazar é um homem como outro qualquer. Ele tem muitos defeitos, é um fascista, nós odiamo-lo, mas nós não lutamos contra Salazar, lutamos contra o sistema colonial português. Nós não alimentamos o sonho de que se

Salazar desaparecer o colonialismo português desaparecerá. Portanto, na base desta característica fundamental — a incapacidade de Portugal para fazer o neocolonialismo — o governo português recusou-se sempre a aceitar todo o pedido de compreensão da nossa parte, o governo português teimou em desencadear no nosso país, na Guiné, em Angola, em Moçambique, e prepara-se para o fazer noutras colónias, uma nova guerra colonial contra a África, contra a Humanidade. Nós, povos pacíficos mas orgulhosos do nosso amor à liberdade, orgulhosos da nossa dedicação à idéia do progresso neste século XX, pegamos em armas com determinação, numa forma inabalável, pegamos em armas para defender os nossos direitos dando que não há lei alguma no mundo que o fizesse por nós. Eu apenas desejava chamar a vossa atenção para o fato de que somos povos pacíficos, não amamos a guerra; mas a guerra, a luta armada de libertação nacional, foi a única saída que nos deixou o colonialismo português para a reconquista da nossa dignidade de povo africano da nossa dignidade humana. E queremos dizer que, numa certa maneira, devemos agradecer isso ao governo português. Sim, a guerra implica para o nosso povo muitos sacrifícios, mas implica também muitas vantagens.

Não somos fautores de guerra, e repito que não amamos a guerra; mas vemos hoje, face ao exemplo geral, que a luta de libertação nacional cria condições concretas para um futuro livre de certos obstáculos, ela pode contribuir para o desenvolvimento crescente da consciência política dos homens, das mulheres e até mesmo das crianças. Por conseguinte, dado que Portugal nos impôs a guerra, à qual respondemos com a nossa luta armada de libertação nacional, devemos saber tirar desta condição, desta imposição, todas as vantagens."

Comunicado da U.I.E. e da SEEPE

A convite da U.I.E., uma delegação de três membros do SEEPE visitou Praga no decorrer do mês de Setembro. O Secretariado da U.I.E. discutiu com a delegação diferentes aspectos do Movimento associativo estudantil português e as ações de solidariedade da U.I.E. com os estudantes portugueses. Durante as frutuosas conversações, o Secretariado da U.I.E. exprimiu o seu completo apoio à justa luta dos estudantes portugueses contra a política fascista do Governo de Salazar, assim como se afirmou a disposição da U.I.E. de aumentar o seu apoio moral e material com o Movimento estudantil português.

Assinam o secretariado da UNIÃO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES e o secretariado do ENCONTRO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO.

TABELA DE ASSINATURAS

Países	Preço anual	Avulso
Via aérea:		Exemplar
Estados Unidos, Canadá e América Latina	US\$ 5,00	US\$ 50 cents.
Inglaterra	£ 2-0-0	4 sh.
Alemanha	DM 20,00	DM 2,00
Bélgica	FB 270	FB 30
França, Argélia e Marrocos	NF 25	NF 2,50
Holanda	DGld. 20	DGld. 2
Suíça	FS 20	FS 2
África do Sul	R. 4,00	4 sh.
Portugal	Esc. 15000	15000
Assinatura Especial para qualquer país	US\$ 10,00	
Via marítima		
Portugal	Esc. 25000	25000

A ORGANIZAÇÃO DAS J.A.P.

(Conclusão da página 6)

preenderam ainda a sua profunda indignidade. Os elementos das JAP tentarão também impedir os roubos e outras infâmias cometidas contra os naturais da terra. E dirigirão os protestos contra a má alimentação, contra a falta de cartas, contra a brutalidade dos oficiais fascistas.

Os membros das JAP não podem consentir que a nossa juventude se entregue à vida de assassinatos e a outros crimes com que os fascistas desejam destruir a sua moral e a sua honra de homens.

Quando houver possibilidades para se travarem formas superiores de luta, como a recusa a ir para o mato, ou mesmo a revolta contra os comandos fascistas, as JAP devem intervir para desenvolverem e dirigirem essas lutas. As JAP têm também por missão evitar que os jovens portugueses obrigados a fazerem a guerra se arriquem demasiado nessas guerras que só beneficiam os grandes ricos de Portugal e das colónias.

Companheiros! Organizai-vos com cuidado, mas com audácia! Nunca derrubaremos o fascismo senão soubermos agir corajosamente contra esses bandidos, seja em Portugal, seja nas colónias."

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa —
Rua Dr. Murjel, 712

LONDRINA: Julio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —

Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin — 10 Pentam
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira —
Rue Jolly, 77 Schaerbeek —
Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat 13 — Amster-
dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association 10 —
Eden Place Toronto 2B —
Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8287 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portu-
guesa del Uruguay Casilla de
Correo n.º 2.128 — Distrito 5 —
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro — Postovní Urada —
Praha

FRANÇA: Grupo de Amigos de
"Portugal Democrático" — 29,
Rue St. André des Arts. —
Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO:

Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 —
São Paulo

Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . . Cr\$ 1.500

ANO XI - N.º 111 Outubro 1966

Os artigos assinados traduzem
apenas a opinião de seus auto-
res, sendo por conseguinte de
sua exclusiva responsabilidade.

No Canadá:

A Conferência da Amnistia Será Inaugurada no Dia 28

Com o patrocínio de altas personalidades canadianas, vai realizar-se, conforme noticiamos, em Toronto, nos próximos dias 28, 29 e 30 do corrente mês de Outubro a CONFERÊNCIA CANADIANA PARA A AMNISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS PORTUGUESES. A medida que se aproxima o dia da inauguração do importante conclave cresce o número de adesões e a imprensa de vários países dedica-lhe maior atenção. Sabe-se já que a Frente Patriótica de Libertação Nacional enviará de Argel uma delegação espe-

Os casos deles simbolizam os de centenas mais de presos.

PORQUÊ ESTÃO PRESOS ESTES HOMENS E MULHERES? São portuguesas e portugueses como nós, trabalhadores da cidade e do campo, estudantes, intelectuais que não cometeram nenhum crime — pelo contrário, lutaram por uma vida melhor para todos os portugueses. *Estão presos porque têm os seus ideais e os defenderam democráticamente.*

Será isto justo? Não. Nenhum português de coração e patriota — seja qual for a sua política ou religião — pode ficar indiferente a estas situações dramáticas que prejudicam e envergonham Portugal. *Não se trata de política — trata-se sim de HUMANIDADE E FRATERNIDADE* para com os presos políticos, vítimas da injustiça e do terror. Trata-se de fazer tudo para restituir esses nossos compatriotas à liberdade, à saúde, ao trabalho, ao convívio dos filhos, esposas, mães, da família a quem fazem tanta falta.

A CONFERÊNCIA CANADIANA PELA AMNISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS PORTUGUESES pode obrigar, pela pressão da opinião pública estrangeira, o Governo Português a amnistiar os presos políticos ou a libertar pelo menos alguns. Já nos últimos anos conseguimos vitórias semelhantes: presos políticos com mais de 20 e 15 anos de cadeia — como Manuel Rodrigues da Silva e Manuel Guedes — foram libertados devido a CAMPANHA INTERNACIONAL PARA AMNISTIA EM PORTUGAL!

O comunicado, assinado por Firmo de Oliveira, Julio Felix, Frank Pinto, Luis Francisco, José Godinho e Joaquim Alves, termina com um apelo aos portugueses do Canadá

para que contribuam materialmente para o êxito do conclave.

Toda a correspondência e bem assim os donativos devem ser remetidos para PCDA, 322, Bathurst St — Toronto 3, Ontário, Canadá, ou para Reverendo G. V. Kimball, Committee to Sponsor a Portuguese Amnesty Conference, 209, Crawford St, Toronto 3, Ontário, Canadá.

LUTAS POPULARES

TRABALHADORES CAMARÁRIOS DO PORTO — Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Gaz e Electricidade do Porto prosseguem empenhados numa luta reivindicativa que vem contribuindo poderosamente para reforçar a unidade da classe e aumentar a sua combatividade. Ante a persistente recusa de um aumento de salários, o pessoal reuniu-se para deliberar sobre a melhor forma de impor as suas reivindicações e tomou uma decisão: paralisar o trabalho tantas vezes quantas fosse necessário, até levar de vencida a resistência dos dirigentes municipais, aliás agindo sob ordens expressas do Governo. E assim principiou uma greve de braços caídos! À hora de pegar no trabalho, o pessoal, tendo ocupado os respectivos lugares, não deu início às tarefas da rotina. Vieram ameaças, depois palavras doces, depois novamente insultos. Mas ninguém cedeu. Pouco depois, vindos de todos os pontos da cidade, os trabalhadores convergiram para a Praça Carlos Alberto, concentrando-se em frente da sede dos Serviços Municipalizados. Empolgados, os funcionários que se encontravam no interior do edifício saíram também para a rua e uniram as suas vozes ao gigantesco coro de protestos. "Queremos aumento de salários, temos fome!" Foi então que, a pedido do diretor de serviço, a PSP, chamada à pressa, interveio com a sua tradicional brutalidade. Os trabalhadores resistiram como puderam à violência e três deles foram presos. Mas a PIDE achou que era insuficiente e foi prender mais três em suas casas. A manobra de intimidação falhou, felizmente. No dia seguinte, à mesma hora, repetiu-se a concentração. A repressão foi dessa vez mais feroz. Trabalhando em íntima colaboração, a PIDE e a PSP espancaram numerosos trabalhadores e realizaram 16 prisões. Dezenas de transeuntes que passavam pela Praça Carlos Alberto vaiaram as forças repressivas e aplaudiram o pessoal dos Serviços Municipalizados. No dia seguinte, a polícia foi forçada a dispersar novos manifestantes, dessa vez familiares dos trabalhadores. Estes mostram-se dispostos a variar as formas de luta, indo até à greve, para imporem as suas reivindicações.

NO ARSENAL DO ALFEITE — Os operários do Arsenal da Marinha, no Alfeite, acabam de alcançar uma significativa vitória, mercê da forma organizada e inteligente como souberam atuar, mantendo sempre uma notável unidade. A Administração, quando uma delegação do pessoal lhe apresentou uma lista com 1500 assinaturas, exigindo aumento de salários, viu-se forçada a ceder. A média do aumento é de 7800 diários. O pessoal, entretanto, prosse-

Veneza aplaude filme sobre a luta na Guiné

O público aplaudiu de pé, demoradamente no Festival Cinematográfico de Veneza a curta metragem 'Levanta-te Negro' produzido por Pero Nelli e cujo tema é a luta armada pela independência dos patriotas da Guiné-Bissau.

O documentário baseia-se em cenas filmadas por Delli durante os dez dias que passou com os guerrilheiros e as tropas regulares do PAIGCV. Um dos entrevistados é o comandante Osvaldo Vieira, de 20 anos, cuja cabeça foi posta a prêmio pelas autoridades fascistas portuguesas

ULTIMA HORA

LIBERTADO JOSE VITORIANO!

O povo português acaba de alcançar uma grande vitória com a libertação de José Vitoriano obtida após uma campanha em que centenas de entidades sindicais, estudantis e culturais de todo o mundo uniram os seus esforços aos dos democratas portugueses para arrancar o destacado patriota das garras do fascismo salazarista.

Essa vitória confirma tudo quanto temos dito acerca do significado da luta pela amnistia e prova-nos que novas derrotas podem e devem ser infligidas a Salazar e à PIDE. A palavra de ordem é agora: liberdade para SOFIA FERREIRA!

Congo rompe com Salazar

No momento de fecharmos esta edição chega-nos a notícia do rompimento de relações diplomáticas do governo do Congo (Kinshasa) com o de Salazar, na sequência dos acontecimentos iniciados com o rapto do encarregado de negócios de Lisboa na capital congoleza. Pela sua importância e significado esses fatos serão devidamente comentados em nosso próximo número.

RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçá a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 23 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUES

O 5 de Outubro em São Paulo

No momento de fecharmos esta edição de "Portugal Democrático" ultimam-se os preparativos para as comemorações em São Paulo do 56.º aniversário da Revolução Republicana do 5 de Outubro de 1910.

Para participarem do tradicional jantar de confraternização e a fim de assistirem à Conferência do prof. Paulo Duarte no auditório da Biblioteca Municipal deslocaram-se a São Paulo destacados democratas portugueses do Rio de Janeiro e de outros pontos do Brasil, entre os quais Adolfo Casais Monteiro, que falará, no dia 5, em nome dos seus compatriotas.



Prof. Ruy Luis Gomes

cial a Toronto. Vários núcleos da emigração far-se-ão igualmente representar. Do Brasil está prevista a ida de uma delegação constituída pelo prof. Ruy Luis Gomes e pelo capitão João Sarmento Pimentel.

APELO

Transcrevemos abaixo um trecho de um dos últimos documentos divulgados pela Comissão Portuguesa de Apoio à Conferência, com sede em Toronto e que mostra bem a importância do trabalho realizado a favor da Amnistia:

"Uma conferência a este nível — pelo peso das personalidades e forças democráticas canadianas que nela participam — PODE OBRIGAR AS AUTORIDADES EM PORTUGAL A POR EM LIBERDADE muitos compatriotas há longos anos presos, torturados, doentes.

Tal é a situação — por exemplo — de JOSÉ RODRIGUES VITORIANO, que foi dirigente do Sindicato dos corticeiros de Silves e já passou 16 anos da sua vida nas prisões políticas! Ou SOFIA FERREIRA, operária, que já passou quase 10 anos da sua vida na prisão de Caxias e lá continua apesar de muito doente e de ter já terminado a pena em Novembro de 1965! MANUEL SERRA, dirigente operário católico da J. O. C. e oficial da Marinha Mercante foi condenado a 10 anos de prisão; VARELA GOMES, capitão do Estado-Maior, a 6 anos; JOSÉ BERNARDINO, dirigente académico, também a muitos anos de prisão.

Os "invisíveis" de Salazar

Apesar de um deficit que se aproxima dos 10 milhões de contos na balança comercial a balança de pagamentos da zona do escudo conseguiu apresentar saldo positivo em 1965, fato que a propaganda fascista vem explorando, sem explicar as suas razões. Esse "êxito" deve-se, por um lado à venda de Portugal aos monopólios estrangeiros e, por outro, à entrada dos chamados invisíveis, isto é, as receitas líquidas do turismo e as transferências privadas dos emigrantes. Ora não foi Salazar quem inventou as belezas da paisagem portuguesa e não é ele também quem ganha em França e na Alemanha os francos e os marcos que asseguram o equilíbrio da balança de pagamentos. Só essas remessas da emigração, produto de um labor realizado nas condições mais difíceis — a imprensa europeia está cheia de reportagens sobre o tipo de existência subhumana dos operários portugueses — ascenderam a 3.112 mil contos.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Futuro, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes